



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 09 de Dezembro de 2021
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2256



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1753, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre o Conselho Municipal de Esporte e Juventude, na forma que especifica".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Conselho Municipal de Esporte e Juventude, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, propositivo, normativo e fiscalizador, subordinado à Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte, tem como finalidade auxiliar na organização, gestão, transparência e melhoria da qualidade do esporte municipal, contribuindo para a consolidação das políticas públicas que lhe são correlatas.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, o conselho elaborará seu regimento interno, observadas as disposições estabelecidas nesta Lei.

Seção I Das Competências

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Esporte e Juventude:

- I - cooperar com o Conselho Estadual de Desportos e com órgãos federais incumbidos da execução das políticas de esporte;
- II - adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do incremento da prática do esporte e de atividades físicas e de lazer, objetivando a saúde e o bem-estar dos cidadãos, em estrita observância ao cumprimento dos princípios e normas legais;
- III - fornecer auxílio e informações ao poder público e à comunidade quanto aos programas e projetos que visem o aprimoramento da prática de atividades físicas e do esporte no município;
- IV - opinar, quando consultado, sobre a concessão de auxílios e recursos financeiros às entidades e associações esportivas sediadas no município;
- V - zelar pela memória do esporte;
- VI - contribuir para a formação da política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo, visando potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade física e esportiva;
- VII - acompanhar, a partir de análises científicas, entre outras que se façam necessárias, a gestão de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e do esporte, bem como avaliar os ganhos sociais obtidos e o desempenho dos programas e projetos aprovados, manifestando-se a respeito e sugerindo aprimoramentos;
- VIII - realizar os esforços necessários ao esclarecimento de dúvidas quanto à correta utilização, por parte das entidades beneficiadas, de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esportes;
- IX - estudar, analisar, elaborar, discutir, aprovar e propor políticas públicas que permitam e garantam a integração e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural do município;
- X - sugerir propostas de políticas públicas, projetos de lei ou outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude;
- XI - desenvolver, em conjunto com as secretarias e órgãos de assessoramento municipais, estudos, debates e pesquisas relativas às demandas da juventude;
- XII - fiscalizar e tomar providências para assegurarem o cumprimento da legislação que dispõe sobre os direitos da juventude;
- XIII - receber sugestões oriundas da sociedade;
- XIV - opinar sobre denúncias que lhe forem encaminhadas, cientificando os órgãos competentes do poder público;
- XV - apoiar, acompanhar e assessorar projetos de interesse da juventude;
- XVI - promover a cooperação e o intercâmbio com organismos similares nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional;

- XVII - estabelecer normas, sob a forma de resoluções, que disponham sobre as matérias de sua competência;
- XVIII - elaborar, aprovar e alterar o regimento interno.

Seção II Da Composição e do Funcionamento

Art. 3º O Conselho Municipal de Esporte e Juventude será composto por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, integrarão o conselho:

- I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte;
- II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Inclusão Social;
- III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- V - 01 (um) representante da Câmara Municipal de Monte Carmelo;
- VI - 01 (um) representante do Operário Esporte Clube;
- VII - 01 (um) representante da Associação Atlética Banco do Brasil;
- VIII - 01 (um) representante da Liga Esportiva Carmelitana;
- IX - 01 (um) representante dos professores de educação física, indicado pela Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte;
- X - 01 (um) representante dos atletas amadores, indicado pela Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte.

§ 1º Os órgãos e associações indicarão seus representantes, titulares e suplentes, à Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte, ressalvado o disposto nos incisos IX e X, para posterior designação dos membros mediante ato do Prefeito Municipal.

§ 2º As funções dos membros titulares e suplentes do conselho, exercidas gratuitamente, serão consideradas serviço público relevante.

§ 3º Os membros cumprirão suas funções pelo prazo de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 4º O presidente e o secretário administrativo do conselho serão escolhidos mediante votação entre os membros, na primeira reunião, após a expedição do ato de designação pelo Prefeito Municipal.

§ 5º O regimento interno definirá:

- I - as hipóteses de perda da função e de substituição de seus conselheiros;
- II - a periodicidade das reuniões e a forma de sua convocação, inclusive das reuniões extraordinárias;
- III - as instâncias que compõem o conselho.

§ 5º A aprovação das deliberações do conselho observará o quórum de maioria simples, assegurado ao presidente o voto de qualidade.

Art. 4º Das sessões do conselho serão lavradas atas, as quais serão devidamente assinadas pelos presentes.

Art. 5º O presidente do conselho poderá instituir comissões, provisoriamente, mediante ato que estabelecerá a forma de composição, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de solicitar a indicação de representantes.

Parágrafo único. As comissões serão compostas por, no mínimo, 01 (um) dos membros do conselho e por membros que possuam notório saber sobre o objeto dos trabalhos.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Para a consecução de suas finalidades, o Conselho Municipal de Esporte e Juventude articular-se-á com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

Art. 7º Revogam-se a Lei nº 855, de 04 de março de 2010; Lei nº 1023, de 14 de agosto de 2012, e; a Lei nº 1354, de 14 de fevereiro de 2017.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de dezembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA

Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1754, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.



“Autoriza a abertura de crédito especial na forma que especifica e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do município, no valor de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo;	
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;	
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais;	
Subunidade	03 - Departamento de Obras;	
Função	08 - Assistência Social;	
Subfunção	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente;	
Programa	4040 - Proteção Integral à Criança e ao Adolescente;	
Projeto/Atividade	1.502 - Construção do Abrigo Senhor Manoel Ferreira de Almeida;	
Elemento	4.4.90.51.00.0 - Obras e Instalações;	Fonte de Recursos: 168 - Transferência Especial do Estado - Acordo Judicial de Reparação dos Impactos Socioeconômicos e Ambientais do Rompimento de Barragem em Brumadinho; Valor: R\$ 1.300.000,00.

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei será utilizada como fonte de recursos o excesso de arrecadação no orçamento vigente, conforme especificado abaixo:

I - fonte de recursos: 168 - Transferência Especial do Estado - Acordo Judicial de Reparação dos Impactos Socioeconômicos e Ambientais do Rompimento de Barragem em Brumadinho;
II - total geral: R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais).

Art. 3º Fica incluso no Programa 4040 - Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2018-2021, as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta Lei, conforme determina no art. 3º da Lei n.º 1414, de 13 de dezembro de 2017.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2021, Lei Municipal nº 1614, de 23 de Junho de 2020, o Projeto/Atividade 1.502 - Construção do Abrigo Senhor Manoel Ferreira de Almeida.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de dezembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1755, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.



“Autoriza a abertura de crédito especial na forma que especifica e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do município, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), visando à criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo;
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde;
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde;
Função	10 - Saúde;
Subfunção	122 - Administração Geral;
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos;
Projeto/Atividade	3.019 - Enfrentamento Emergência COVID-19 Coronavírus

Elemento	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente;	Fonte de Recursos: 164 - Emendas Parlamentares - Transferência Especial;	Valor: R\$ 75.000,00.
----------	---	--	-----------------------

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei será utilizada como fonte de recursos o excesso de arrecadação no orçamento vigente, conforme especificado abaixo:

I - fonte de recursos: 164 - Emendas Parlamentares - Transferência Especial;
II - total geral: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de dezembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1756, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.



“Autoriza o Município de Monte Carmelo/MG a receber em doação as áreas urbanas, com ônus, na forma que especifica e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por meio de doação, com ônus, as áreas urbanas situadas neste Município de Monte Carmelo/MG, conforme abaixo discriminadas:

I. Um lote de terreno de 211,91m², oriundas das matrículas 38.045 e 38.046, de propriedade de Adriano Soares Martins, brasileiro, advogado, CI OAB/MG nº 88.936 e do CPF nº 629.894.486-91, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, com Juliana Cristina Schincariol Martins, brasileira, cirurgiã dentista, portadora da CI MG-5.420.003-SSP/MG, e do CPF nº 680.742.556-20, que após a devida fusão e desdobro terá a seguinte descrição: A frente confronta-se com a Rua Joaquim Resende numa extensão de 13,29 metros, a lateral direita confronta-se com o Lote 02 da Quadra M do Bairro Residencial Lambari numa extensão de 19,62 metros, o fundo confronta-se com uma faixa de terreno de propriedade de Adriano Soares Martins numa extensão de 12,13 metros, o lado esquerdo confronta-se com o Lote 33 Quadra 606\A numa extensão de 15,70 metros, ou sejam: 211,91 m²;

II. Uma faixa de terreno de 616,78m², oriunda da matrícula 40.375, de propriedade de Adriano Soares Martins, brasileiro, advogado, CI OAB/MG nº 88.936 e do CPF nº 629.894.486-91, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, com Juliana Cristina Schincariol Martins, brasileira, cirurgiã dentista, portadora da CI MG-5.420.003-SSP/MG, e do CPF nº 680.742.556-20, que após o devido desmembramento terá a seguinte descrição: A frente confronta-se com a Rua Piau numa extensão de 12,13 metros, a lateral direita confronta-se com uma faixa de terreno de propriedade de Adriano Soares Martins numa extensão de 50,89 metros, o fundo confronta-se com IMOBILIARIA SÃO VICENTE DE PAULA LTDA numa extensão de 12,37 metros, o lado esquerdo confronta-se confrontando com o Lote 38 Quadra 606\A, numa extensão de 40,80 metros, daí segue no mesmo alinhamento confrontando com o Lote 23C Quadra 606\A, numa extensão de 6,29 metros, daí segue no mesmo alinhamento confrontando com o Lote 33 Quadra 606\A, numa extensão de 4,92 metros, ou sejam: 616,78 m²;

III. Uma faixa de terreno de 976,10m², oriunda da matrícula 40.376, de propriedade de Imobiliária São Vicente de Paula Ltda., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 22.235.857/0001-23, que após o devido desmembramento e retificação terá a seguinte descrição: A frente confronta-se com a Rua Riachuelo, numa extensão de 16,00 metros; daí, faz um canto com o ângulo de 89º confrontando com o Lote 05 Quadra 606/A, numa extensão de 16,00 metros; daí, faz um ângulo de 152º confrontando com a área 03 de propriedade de Imobiliária São Vicente de Paula LTDA, numa extensão de 44,71 metros; daí, faz um ângulo de 136º confrontando com Lote 38 Quadra 606/A, numa extensão de 16,02 metros; o fundo confronta-se com o Adriano Soares Martins, numa extensão de 12,45 metros; daí, faz um ângulo interno de 74º confrontando com a Faixa de

terreno de propriedade de Imobiliária São Vicente de Paula LTDA, numa extensão de 15,62 metros; daí, faz um ângulo de 224° na mesma confrontação numa extensão de 46,90 metros; daí, faz um ângulo de 243° na mesma confrontação numa extensão de 1,37 metros; daí, faz um ângulo de 90° confrontando com Lote 04 Quadra 606/A, numa extensão de 14,74 metros até se encontrar com a frente para a Rua Riachuelo; ou sejam: 976,10 m².

Parágrafo único. As áreas doadas descritas no *caput* deste artigo têm destinação específica, a implantação do prolongamento da Rua Piau, localizada no Bairro Lambari, no Município de Monte Carmelo/MG.

Art. 2º Constituem obrigações do Município de Monte Carmelo/MG:

I. Implantar toda a infraestrutura para prolongamento da Rua Piau, tais como rede abastecimento de água e esgoto, iluminação, pavimentação, drenagem pluvial, guias e sarjetas, sinalização e construção de meio-fio, observadas as condições de acessibilidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do registro da área doada ao Município;

II. Arcar com todas as despesas cartorárias para registro da fusão, desdobro, desmembramento, doação e retificação das áreas e do Loteamento Lambari.

Art. 3º São obrigações dos Doadores:

I. Doar as áreas descritas no artigo 1º desta Lei inteiramente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus judicial ou extrajudicial ou cláusula restritiva, inclusive usufruto, hipoteca legal ou convencional, penhoras e outras garantias reais ou ônus que recaiam sobre os imóveis, inclusive de natureza trabalhista ou de dívidas com a União, Estados e Municípios, declarando os doadores, sob pena de responsabilização, que inexistem ações judiciais relacionadas à posse, propriedade e usucapião;

II. Custear as despesas com os projetos para fusão, desdobro, desmembramento e retificação das áreas dos imóveis e do loteamento, conforme memorial descritivo e mapas.

Art. 4º As doações das áreas dar-se-á sem a ocorrência de quaisquer indenizações, renunciando desde já os doadores a eventual direito de retrocessão ou indenização, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas pelo donatário, notadamente estabelecidas nesta Lei.

Art. 5º As doações autorizadas por esta Lei são irrevogáveis e irrevogáveis, obrigando herdeiros ou sucessores dos doadores.

Art. 6º Correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal os gastos com a execução da presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de dezembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1757, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.

"Aprova as denominações das vias de circulação do loteamento Residencial Real Park".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º As vias de circulação do loteamento Residencial Real Park, de propriedade de Real Park Incorporadora LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.696.129/0001-63, denominar-se-ão, conforme projeto urbanístico apresentado e nos termos das Leis nº 1338, de 02 de janeiro de 2017 e 1546, de 21 de agosto de 2019:

- I - Rua do Marco Alemão;
- II - Rua do Franco Suíço;
- III - Avenida do Dólar;
- IV - Rua do Iene;
- V - Rua do Dinar;
- VI - Rua do Xelim;
- VII - Rua do Centavo;

- VIII - Rua do Rubro Russo;
- IX - Avenida da Libra Eterlina;
- X - Rua da Lira Turca;
- XI - Rua do Peso.

Art. 2º A implantação das placas indicativas contendo as denominações das vias de circulação é de exclusiva responsabilidade do loteador.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 07 de dezembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1758, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.



"Dispõe sobre a denominação das vias de circulação que específica".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as denominações das vias de circulação do Bairro Cidade Jardim II que são contínuas às vias de circulação dos bairros Cidade Jardim e Cidade Jardim III, conforme segue discriminado:

- I - a Rua A denominar-se-á Rua das Orquídeas;
- II - a Rua B denominar-se-á Rua das Hortências;
- III - a Rua C denominar-se-á Rua das Azaléias;
- IV - a Rua D denominar-se-á Rua das Angélicas;
- V - a Rua E denominar-se-á Rua das Éricas.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, ficam uniformizadas as denominações conferidas às vias públicas de circulação dos Bairros Cidade Jardim, Cidade Jardim II e Cidade Jardim III.

Art. 3º A Prefeitura Municipal adotará as providências necessárias ao emplacamento das vias públicas através de seu departamento competente.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo - MG, 07 de dezembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1759, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021.



"Autoriza a suplementação de crédito especial aberto através da Lei nº 1701, de 22 de junho de 2021, na forma que específica e dá outras providências".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via decreto, crédito adicional de natureza suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 1.012.000,00 (um milhão e doze mil reais), visando à suplementação de dotações orçamentárias conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo;
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais;
Sub Unidade	03 - Departamento de Obras;
Função	12 - Educação;
Subfunção	361 - Ensino Fundamental;

Programa	4010 - Educação Básica com Qualidade Para Todos;		
Projeto/Atividades	1.154 - Construção, Ampliação e Reforma Escolas Ensino Fundamental;		
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações;	Fonte de recursos :101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação;	Valor: R\$ 500.000,00.

Órgão	02 - Poder Executivo;		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal;		
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais;		
Sub Unidade	03 - Departamento de Obras;		
Função	12 - Educação;		
Subfunção	365 - Educação Infantil;		
Programa	4010 - Educação Básica com Qualidade Para Todos;		
Projeto/Atividades	1.450 - Construção, Ampliação e Reforma Escolas Ensino Infantil;		
Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações;	Fonte de Recursos: 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação;	Valor: R\$ 512.000,00.

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza suplementar aberto por esta Lei serão utilizadas como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente conforme detalhado abaixo:

Entidade	02 - Prefeitura Municipal;		
Unidade	25 - Secretaria Municipal de Educação;		
Sub Unidade	01 - Departamento Administrativo;		
Função	12 - Educação;		
Subfunção	122 - Administração Geral;		
Programa	4001 - Governo para todos com responsabilidade, eficiência e transparência;		
Projeto/Atividades	2.230 - Gestão das Ações da Secretaria de Educação;		
Elemento	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições trabalhistas;	Fonte de Recursos: 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação;	Valor: R\$ 1.012.000,00.

Total Geral: R\$ 1.012.000,00 (um milhão e doze mil reais).

Art. 3º Revoga-se a Lei nº 1724, de 16 de setembro de 2021.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo – MG, 07 de dezembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 116/2021, FORMA: PRESENCIAL. A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 21 de dezembro de 2021, às 09:00 horas na Sala de Licitações, da Pref. Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão SRP nº 116/2021, Forma: Presencial, tipo Menor Preço por Item. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Máquinas, Utilitários e Equipamentos Permanentes, para Atender às Necessidades do Município de Monte Carmelo – MG. Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 07 de dezembro de 2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br